



Escolas especializadas de música da rede pública e da rede particular e cooperativa em Portugal: Panorama atual¹

Specialized music schools of the public network and the private network in Portugal: Current panorama

Helena Almeida e Silva¹, Maria Helena Vieira²

hsilva@esml.ipl.pt

m.helenavieira@ie.uminho.pt

¹Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC)

²Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC)

©2024 Helena Almeida e Silva e Maria Helena Vieira. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>)

¹Este trabalho foi financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito dos projetos do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho) com as referências UIDB/00317/2020 e UIDP/00317/2020.

Resumo

Em 189 anos, desde a criação do Conservatório Nacional (1835), o número de escolas de música do ensino artístico especializado (EAE) público foi aumentando muito lentamente, até 12 escolas em 2024. A Academia dos Amadores de Música (1884) foi o primeiro grande marco do ensino musical privado em Portugal, tendo a rede particular e cooperativa evoluído paralelamente à pública, até ser hoje cerca de doze vezes maior. Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI a oferta de EAE de música foi-se tornando mais complexa com o aparecimento: do regime de frequência articulado (1983); das escolas profissionais de música (1989); de cursos profissionais em escolas do EAE (2000); e de cursos especializados e cursos profissionais autónomos nos Agrupamentos de Escolas (a partir de 2010). Atualmente mantém-se um grande desequilíbrio na oferta de EAE de música (23 escolas com oferta pública diversificada e 140 escolas com ofertas privadas) apesar do crescimento de protocolos do ensino articulado com escolas especializadas públicas e privadas e do aumento de cursos do EAE nas escolas do ensino geral.

Palavras-chave: Ensino Especializado de Música (EAE); Escolas Públicas de Música; Escolas Particulares e Cooperativas de Música; Escolas Profissionais de Música; Regimes de frequência dos alunos

Abstract

In 189 years, since the creation of the National Conservatory (1835), the number of public specialized music schools has increased very slowly, to 12 schools in 2024. The Academia dos Amadores de Música (1884) was the first major milestone in private music education in Portugal, and the private and cooperative network has evolved in parallel with the public one, until it is about twelve times larger today. In the last decades of the 20th century and the beginning of the 21st century, the offer of specialized music education became more complex with the appearance: of the articulated attendance system (1983); of professional music schools (1989); of professional courses in specialized music schools (2000); and of autonomous specialized and professional music courses in general School Groups (from 2010). Currently, there is still a great imbalance in the offer of specialized music education (23 schools with a diversified public offer and 140 schools with private offers) despite the growth of articulated teaching protocols (between specialized public and private schools and general schools) and the increase in specialized music courses in general education schools.

Keywords: Specialized Music Education; Public Music Schools; Private Music Schools; Professional Music Schools; Student Attendance Regimes

1. Introdução e enquadramento

Até ao século XVIII o ensino de música em Portugal era ministrado na esfera eclesiástica (Branco, 1995, p. 138; Gomes, 2002, p. 47). Foi assegurado pelas ordens monásticas desde os séculos V/VI até aos séculos XII/XIII, altura em que as sés catedrais começam a desenvolver-se até atingirem uma maior relevância nos séculos XVI e XVII (Vieira, 2017, p. 734). Durante o Antigo Regime esta formação assegurada pelas sés catedrais e mosteiros tinha como objetivo a preparação de cantores e instrumentistas para o serviço da liturgia e de compositores que escrevessem repertório sacro (Nery, 2015, p. 39). No século XVIII salienta-se a importância alcançada pelo Seminário da Patriarcal, fundado em 1713 por D. João V (M. C. Brito & Cymbron, 1992, pp. 105–106; Nery & Castro, 1991, p. 89). Este seminário tornou-se o principal estabelecimento de ensino de música em Lisboa (M. C. Brito, 1989, p. 109; Sá, 2017, p. 26), tendo formado “gerações sucessivas de músicos profissionais de qualidade assinalável” (Nery & Castro, 1991, p. 89). No entanto, em 1834, após as guerras liberais, a extinção das Ordens Religiosas do território nacional e a diminuição dos seus rendimentos levaram ao encerramento

deste estabelecimento de ensino (M. C. Brito & Cymbron, 1992, p. 143; Gomes, 2002, p. 49). Foi nesta sequência de acontecimentos que, através do decreto de 5 de maio de 1835, foi criado um Conservatório de Música na Casa Pia de Lisboa (Branco, 1995, p. 291; Gomes, 2002, p. 49; Nery & Castro, 1991, p. 135). Iniciou-se assim o ensino especializado de música público, num contexto não religioso (Pacheco & Vieira, 2016, p. 312; Vieira, 2009, p. 530). Foi também neste século, em 1884, que surgiu o primeiro grande marco do ensino privado - a Academia de Amadores de Música (M. C. Brito & Cymbron, 1992, p. 146).

O nascimento destas duas redes do ensino especializado de música, a rede pública e a rede particular e cooperativa, constitui o ponto de partida deste artigo. Passa-se, por isso, de seguida, a apresentar a descrição dos procedimentos metodológicos que nortearam o trabalho, partindo da recolha e análise documental como base para a construção do percurso histórico das redes, até à recolha de informação junto dos organismos oficiais para a construção dos mapas das redes atuais e das suas interligações.

2. Metodologia

Apesar de ser possível aceder a várias listas com o nome das escolas do ensino especializado de música em Portugal que atualmente oferecem uma formação especializada em música em *sites* e bases de dados, essa informação encontra-se dispersa e incoerente. Por esta razão justificou-se a realização de um estudo com o objetivo de identificar a oferta nacional (escolas, cursos e regimes de frequência) do Ensino Artístico Especializado de Música, respondendo às seguintes questões: a) Quantas escolas do ensino especializado de música existem em Portugal?; b) Quantas outras escolas não “estritamente especializadas” ou “gerais” é que oferecem cursos do ensino especializado de música e cursos profissionais de música?; c) Quantas destas escolas que oferecem cursos especializados ou profissionais de música pertencem à rede pública e privada?; d) De que forma é que estas escolas podem ser compreendidas na sua estruturação e intencionalidade governamental, e organizadas por tipologias?

O levantamento e verificação de dados foi realizado por etapas que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- a) Consulta de bases de dados existentes: lista antiga da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)²; lista de escolas artísticas apresentadas nos *sites* do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE)³ e no Portal da Oferta Formativa⁴; listas de Contratos de Patrocínio de 2018-2024, de 2020-2026, de 2022-2028, de 2024-2030⁵;
- b) Consulta das listas de escolas publicitadas nos *sites* das associações: Ensemble⁶; Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e

² Site Indisponível

³ (IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação, s.d.)

⁴ (DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência et al., s.d.)

⁵ (DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, 2018a, 2018b, 2020, 2022, 2024)

⁶ (Ensemble, s.d.)

Cooperativo (AEEP)⁷; Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes (APROARTE)⁸; Associação Nacional de Escolas Profissionais/ Escolas Profissionais de Portugal (ANESPO⁹/EPP¹⁰);

- c) Solicitação de dados e contactos de esclarecimento com: Portal da Oferta Formativa, Equipa de Educação Artística; ANQEP; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC); IGeFE; Direções de Serviços Regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE); Direção Regional da Educação dos Açores e Direção Regional de Administração Escolar da Madeira;
- d) Verificação das escolas públicas mencionadas em concursos de pessoal docente (particularmente as escolas nas quais havia dúvidas);
- e) Contacto com as escolas para confirmação das informações recolhidas (tipologia de escola, localização, polos, oferta formativa, protocolos e parcerias, entre outras) relativas ao ano letivo 2022/2023;
- f) Cruzamento final de todos os dados e contabilização da oferta nacional, no continente e ilhas, de ensino especializado de música.

A Tabela 1 apresenta as fontes que foram consultadas para a construção da lista de escolas organizadas por categoria, assim como a uma lista das entidades que foram contactadas para o esclarecimento de dúvidas.

Tabela 1. Fontes consultadas para a construção da lista de escolas

	<i>Ensino Público</i>	<i>Ensino Particular e Cooperativo</i>	<i>Ensino Profissional</i>
C	● DGEEC	● Listas Definitivas de	● DGEEC
R	● Portal da Oferta	Contrato de	● Portal da Oferta
U	Formativa	Patrocínio 2018-	Formativa
Z	● IGeFE	2024, 2020-2026,	● IGeFE
A	● Dados fornecidos	2022-2028, 2024-	● APROARTE,
M	pelos Direções de	2030	ANESPO, EPP
E	Serviços Regionais	● DGEEC	
N	● Portaria nº 52-	● Portal da Oferta	
T	A/2021	Formativa	
O	● Portaria nº 52-	● IGeFE	
D	B/2021	● Dados fornecidos	
E		pelos Direções de	
D		Serviços Regionais	
A			
D			
O			
S			

⁷ (AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, s.d.)

⁸ (APROARTE - Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes, s.d.)

⁹ (ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais, s.d.)

¹⁰ (Escolas Profissionais de Portugal, s.d.)

E S C L A R E C I M E N T O D E D Ú V I D A S C O M	•	Direções de	•	Direções de Serviços	•	Direções das
		Serviços Regionais		Regionais		escolas de música
	•	Site do Portal da	•	Site do Portal da		
		Oferta Formativa		Oferta Formativa		
	•	DGEstE	•	DGEstE		
	•	Direções das	•	Direções das escolas		
		escolas de música		de música		

A lista de escolas que será apresentada neste artigo é relativa à oferta do ano letivo 2022/2023 e resulta da recolha, análise e cruzamento de dados realizados na primeira fase de um estudo de doutoramento na Universidade do Minho. Em casos pontuais, alguma informação de domínio público é apresentada com atualizações que ocorreram até 2024.

3. Síntese histórica da evolução da rede pública do ensino especializado de música

A Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, criada em 1835 com outra designação, foi a primeira escola pública do ensino especializado de música do país. O seu corpo docente era constituído maioritariamente por professores do antigo Seminário da Patriarcal (Branco, 1995, p. 292). De acordo com o decreto que cria o Conservatório (Decreto de 5 de maio de 1835), esta escola podia ser frequentada por alunos de ambos os sexos (Artigo 6º) e nela podiam ser ensinados conteúdos não religiosos (Artigo 7º). À data da sua criação, apresentava fins caritativos (Artigo 3º), à semelhança dos *Ospedali* italianos nos quais surgiram os primeiros conservatórios (Gomes, 2002, p. 45; Vieira, 2009, p. 530).

Durante o século XIX, o Conservatório, que em 1836 fora integrado no Conservatório Geral da Arte Dramática (Branco, 1995, p. 292; Castelo-Branco,

2010c, p. 415; Nery & Castro, 1991, p. 135) era a única escola oficial de música do país (Sá, 2017, p. 26).

Só 82 anos depois, em 1917, surgiu o Conservatório do Porto (Nery & Castro, 1991, p. 149). Esta escola nasceu por iniciativa privada, tal como sucedeu com a maioria das restantes escolas públicas que ainda hoje integram a rede do ensino especializado de música e que foram fundadas no século XX – Tabela 2.

Tabela 2. Surgimento e passagem à rede pública das 12 escolas especializadas públicas de música atuais¹¹

<i>Escola (nome atual)</i>	<i>Fundação</i>	<i>Passagem à rede pública</i>
Escola Artística de Música do Conservatório Nacional	1835	1835
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1835 - Conservatório de Música • 1836 - Conservatório Geral de Arte Dramática • 1840 - Conservatório Real de Lisboa • 1910 - Conservatório de Lisboa • 1919 - Conservatório Nacional de Música • 1930 - Conservatório Nacional • 1983 - Escola de Música do Conservatório Nacional • 2007 – Escola Artística de Música do Conservatório Nacional Fontes: Borges (s.d.), Castelo-Branco (2010c, pp. 415–416), Ministério da Educação (2007)		
Escola Artística do Conservatório de Música do Porto	1917	1972
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1917 - Conservatório de Música do Porto • 2007 – Escola Artística do Conservatório de Música do Porto Fontes: Conservatório de Música do Porto (s.d.), Ministério da Educação (2007)		
Conservatório Regional de Ponta Delgada	1922	1980
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1922 - Academia de Música de Ponta Delgada Nota: Optou-se por apresentar a data de fundação da Academia de Música de Ponta Delgada, apesar de apenas ter começado a funcionar com paralelismo pedagógico em 1964, quando se tornou “Conservatório Regional de Ponta Delgada”. • 1964 - Conservatório Regional de Ponta Delgada • 1978 - Conservatório Regional dos Açores • 1980 - Conservatório Regional de Ponta Delgada Nota sobre a data de passagem à rede pública: Desde 1978 encontrava-se a funcionar sob responsabilidade do Governo Regional, enquanto “Conservatório Regional dos Açores” embora formalmente se tenha mantido até 1980 como estabelecimento do ensino particular. Fontes: Governo dos Açores (s.d.), Secretaria Regional da Educação e Cultura (1980)		
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng^o Luiz Peter Clode	1946	1986
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1946 - Academia de Música da Madeira • 1955 - Academia de Música e Belas Artes da Madeira		

¹¹ Tabela adaptada e expandida a partir de H. Brito e Vieira (2017, p. 134).

• 1977 - Conservatório de Música da Madeira • 1986 - Escola Secundária de Ensino Artístico • 2000 – Conservatório - Escola Profissional de Artes da Madeira • 2004 - Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode Fontes: Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode (s.d.), Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (s.d.)		
Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa	1953	1976
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1953 - Centro de Estudos Gregorianos • 1976 - Instituto Gregoriano de Lisboa • 2007 – Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa Fontes: Castelo-Branco (2010d, p. 644), Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa (s.d.), Ministério da Educação (2007)		
EBS Tomás de Borba – Conservatório Regional de Angra do Heroísmo	1955	1980
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1955 - Academia Musical da Ilha da Terceira Nota: O Conservatório Regional dos Açores, à data da sua criação incorporou “a escola de música que funcionava sob a égide da Academia Musical da Ilha Terceira”. No entanto, a Academia Musical da Ilha Terceira continuou a existir enquanto associação e recentemente voltou a incorporar uma escola. • 1978 - Conservatório Regional dos Açores – Secção de Angra do Heroísmo • 1980 - Conservatório Regional de Angra do Heroísmo • 2008 - EBS Tomás de Borba – Conservatório Regional de Angra do Heroísmo Fontes: Governo dos Açores (s.d.), Pimentel (2021), Presidência do Governo da Região Autónoma dos Açores (2003), Secretaria Regional da Educação e Cultura (1980), VITEC AzoresTV (s.d.)		
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro	1960	1985
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1960 - Conservatório Regional de Aveiro • 1971 - Conservatório Regional de Aveiro de Calouste Gulbenkian • 1985 - Conservatório de Música de Aveiro de Calouste Gulbenkian • 2007 – Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro Fontes: Ministério da Educação (2007), Neto (s.d.)		
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga	1961	1971
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1967 - Conservatório de Música de Braga • 1971 - Escola Piloto de Educação Artística • 1982 - Escola de Música de Calouste Gulbenkian • 1986 - Escola C+S • 1993 - Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian • 2007 – Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga Fontes: Caldeira (2012), Ministério da Educação (1993, 2007), Ministérios das Finanças e da Educação e Cultura (1986)		
Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra	1985	1985
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 1985 - Conservatório de Música de Coimbra Nota: Apenas iniciou a atividade letiva em 1986		

• 2007 - Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra Fontes: Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra (s.d.), Ministério da Educação (2007)		
EBI da Horta – Conservatório Regional da Horta	1990	1990
Ao longo dos anos teve diversas designações: • (1978) - Conservatório Regional dos Açores – Secção da Horta • (1989) - Conservatório Regional da Horta Nota: Em 1978 foi criado o Conservatório Regional dos Açores que abarcava o Conservatório de Ponta Delgada e o de Angra do Heroísmo e da Horta como polos da mesma instituição. Apesar da integração da secção da Horta neste decreto (Resolução nº 2/78, de 27 de janeiro), este Conservatório apenas vem a ser criado em 1989, ao abrigo do Decreto Regulamentar Regional nº 22/89/A, de 26 de junho. No entanto, o seu nascimento efetivo ocorreu apenas em 1990. • 2011 - EBI da Horta – Conservatório Regional da Horta Fontes: Dorés (2016), Governo dos Açores (s.d.), Governo Regional, Secretaria Regional da Educação e Cultura e Direção Regional de Administração Escolar (1989), Presidência do Governo Regional dos Açores (1978, 2011)		
Conservatório de Vila Real – Comendador Manuel Correia Botelho	2004	2024
Ao longo dos anos teve diversas designações: • 2004 - Conservatório Regional de Música de Vila Real • 2024 – Conservatório de Vila Real – Comendador Manuel Correia Botelho Fonte: Câmara Municipal de Vila Real (s.d.)		
Conservatório de Música de Loulé - Francisco Rosado	2018	2018
Fonte: Conservatório de Música de Loulé Francisco Rosado (s.d.)		

Até ao final do século XX existiam seis escolas públicas no continente (em Lisboa, Porto, Aveiro, Braga e Coimbra) três nos Açores (em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e na Horta) e uma na Madeira, no Funchal (Castelo-Branco, 2010a, p. 324).

No século XXI destaca-se a abertura do Conservatório de Música de Loulé – Francisco Rosado em 2018 e passagem à rede pública do Conservatório de Vila Real em 2024. Salienta-se igualmente a integração de dois Conservatórios dos Açores em escolas do ensino geral, nomeadamente na Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (Conservatório Regional de Angra do Heroísmo) e na Escola Básica Integrada da Horta (Conservatório Regional da Horta). Com o Decreto-Lei nº 299/2007, de 22 de agosto, a tipologia dos estabelecimentos de ensino artístico especializado públicos passou a ser designada “escola artística”. No mapa seguinte (Figura 1) apresentam-se, então, as 12 escolas públicas atuais de ensino especializado de música, segundo a sua distribuição geográfica no Continente e Ilhas, sublinhando-se o desequilíbrio dessa distribuição.

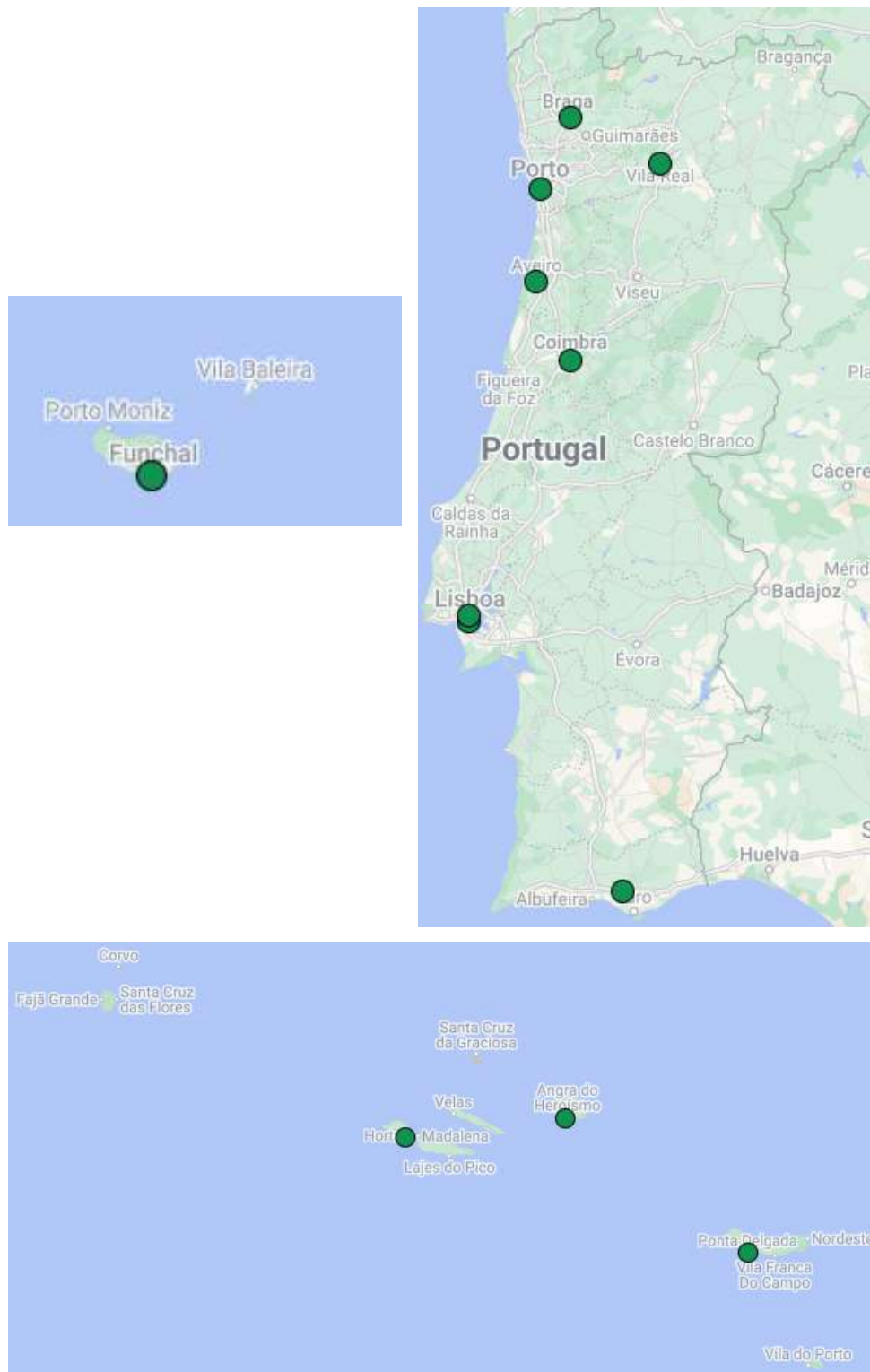


Figura 1. Distribuição geográfica das 12 escolas do ensino especializado de música público no continente e ilhas (Realizado a partir de: Google Maps)

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI a oferta de ensino especializado de música foi-se tornando mais complexa. Em primeiro lugar, surgiu o regime articulado de frequência dos alunos ao abrigo do Decreto-Lei nº 310/83, que consiste na “frequência de um curso artístico especializado quando assegurado por duas escolas distintas” (Artigo 3º da Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto). Em

segundo lugar, assistimos à integração de cursos profissionais de música em escolas do ensino artístico especializado: o Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira – Eng. Luiz Peter Clode foi a primeira escola a concretizar esta integração em 2000. Em terceiro lugar, a partir de 2010, alguns Agrupamentos de Escolas começaram a incorporar também a oferta de cursos especializados e de cursos profissionais de música sem depender de protocolos, ou de outras parcerias com escolas do ensino especializado de música. Foi o caso do Agrupamento de Escolas de Vialonga e do Agrupamento de Escolas da Bemposta em 2010 e do Agrupamento de Escolas Luís António Verney em 2016 (H. Brito & Vieira, 2017, p. 135).

Atualmente a rede de escolas públicas com oferta especializada de música é constituída por 23 escolas que podem ser divididas em dois grupos principais: 12 escolas do ensino especializado de música públicas e 11 escolas que, não sendo especializadas, também têm oferta de cursos do ensino especializado de música e/ou de cursos profissionais.

3.1 Escolas do ensino especializado de música públicas na atualidade

No ano letivo 2022/2023 a rede pública de escolas do ensino especializado de música era constituída por apenas 11 escolas: 7 no continente e 4 nas ilhas. Em 2024 somou-se a estas 11 escolas o Conservatório de Vila Real, que passou a esfera pública. Estas escolas podem ser divididas em duas tipologias específicas: conservatórios públicos (Tabela 3) e conservatórios integrados em Escola Básica Integrada e em Escola Básica e Secundária (Tabela 4).

Tabela 3. Conservatórios públicos em 2024

<i>NUTS II e DSR¹²</i>	<i>Distrito/ Ilha</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
NORTE DSRN	Braga	Cávado	Braga	Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga
	Porto	AM Porto	Porto	Escola Artística do Conservatório de Música do Porto
	Vila Real	Douro	Vila Real	Conservatório Regional de Música de Vila Real
CENTRO DSRC	Aveiro	Região de Aveiro	Aveiro	Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro
	Coimbra	Região de Coimbra	Coimbra	Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra

¹² Nesta tabela e nas seguintes, as siglas da primeira coluna significam: DSR – Direções de Serviços Regionais da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; DSRN – Direção de Serviços da Região Norte; DSRC – Direção de Serviços da Região Centro; DSRLVT – Direção de Serviços da Região Lisboa e Vale do Tejo; DSRA – Direção de Serviços da Região Alentejo; DSRAL – Direção de Serviços da Região Algarve; DREAE – Direção Regional da Educação e Administração Educativa; SRE – Secretaria Regional da Educação, Ciência e Tecnologia; R. A. – Região Autónoma.

GRANDE LISBOA DSRLVT	Lisboa	Grande Lisboa	Lisboa	Escola Artística de Música do Conservatório Nacional Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa
ALGARVE DSRAL	Faro	Algarve	Loulé	Conservatório de Música de Loulé - Francisco Rosado
R. A. AÇORES DREAE	S. Miguel	R. A. Açores	Ponta Delgada	Conservatório Regional de Ponta Delgada
R.A. MADEIRA SRE	Madeira	R. A. Madeira	Funchal	Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira, Engº Luiz Peter Clode

Os dois conservatórios integrados situam-se na Região Autónoma dos Açores. De acordo com a alínea h do Artigo 6º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, um conservatório é um “estabelecimento de ensino, ou secção de uma unidade orgânica do sistema educativo, destinado ao ensino vocacional das artes”. De acordo com o Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2011/A, com a agregação do Conservatório Regional da Horta, que passa a ser uma secção da EBI da Horta, “prossegue-se o fim de promover uma crescente e eficaz articulação entre níveis e graus de educação e ensino como motor da qualidade educativa que se pretende alcançar”.

Tabela 4. Conservatórios integrados em Escola Básica Integrada e Escola Básica e Secundária

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Ilha</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
R.A. AÇORES DREAE	Terceira	R. A. Açores	Angra do Heroísmo	EBS Tomás de Borba – Conservatório Regional de Angra do Heroísmo
	Faial		Horta	EBI da Horta – Conservatório Regional da Horta

3.2 Polos das escolas do ensino especializado de música públicas

Algumas das escolas do ensino especializado de música públicas têm polos, cujos nomes e localização geográfica podem ser consultados na Tabela 5.

Tabela 5. Polos das escolas do ensino especializado de música públicas

Nome da escola	Polo	Localização	
		NUTS III	NUTS II
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga	Agrupamento de Escolas de Maximinos	CÁVADO Município: Braga	NORTE Distrito: Braga
	Agrupamento de Escolas Mosteiro e Cávado		
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro	Polo de Estarreja	REGIÃO DE AVEIRO Município: Estarreja	CENTRO Distrito: Aveiro
Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra	Polo de Arganil	REGIÃO DE COIMBRA Município: Arganil	CENTRO Distrito: Coimbra
	Polo de Miranda do Corvo	REGIÃO DE COIMBRA Município: Miranda do Corvo ¹³	
	Polo da Sertã	BEIRA BAIXA Município: Sertã	CENTRO Distrito: Castelo Branco
Escola Artística de Música do Conservatório Nacional	Polo da Amadora	GRANDE LISBOA Município: Amadora	GRANDE LISBOA Distrito: Lisboa
	Polo de Loures	GRANDE LISBOA Município: Loures	
	Polo do Seixal	PENÍNSULA DE SETÚBAL Município: Seixal	PENÍNSULA DE SETÚBAL Distrito: Setúbal
Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng ^o Luiz Peter Clode	Núcleo - Calheta	R. A. MADEIRA Município: Calheta	R.A. MADEIRA Ilha: Madeira
	Núcleo - Camacha	R. A. MADEIRA Município: Santa Cruz	
	Núcleo - Câmara de Lobos	R. A. MADEIRA Município: Câmara de Lobos	
	Núcleo - Caniço	R. A. MADEIRA Município: Santa Cruz	
	Núcleo - Ponta do Sol	R. A. MADEIRA Município: Ponta do Sol	
	Núcleo - Santana	R. A. MADEIRA Município: Santana	
	Núcleo - São Vicente	R. A. MADEIRA Município: São Vicente	
	Polo - São Martinho	R. A. MADEIRA Município: Funchal	

¹³ Polo inaugurado em Agosto de 2023 (Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, s.d.).

	Polo - Machico	R. A. MADEIRA Município: Machico	
	Polo - Ribeira Brava	R. A. MADEIRA Município: Ribeira Brava	
	Polo - Bom Jesus	R. A. MADEIRA Município: Funchal	
	Polo - Levada	R. A. MADEIRA Município: Funchal	
	Núcleo - Porto Santo	R. A. MADEIRA Município: Porto Santo	R.A. MADEIRA Ilha: Porto Santo

3.3 Escolas do ensino geral: Agrupamentos e Escolas Não Agrupadas que oferecem cursos especializados de música

Atualmente há ainda 11 escolas públicas que, não sendo especializadas, também oferecem cursos do ensino especializado de música e/ou cursos profissionais de música. Estas escolas podem divididas em três categorias: Agrupamentos de Escolas com total autonomia para oferecer cursos do ensino especializado de música e/ou cursos profissionais (5 agrupamentos, apresentados na Tabela 6)¹⁴; Escolas Não Agrupadas (4 escolas apresentadas na Tabela 7) e escolas sob tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social também elas não agrupadas (2 escolas apresentadas na Tabela 8).

Tabela 6. Agrupamentos de Escolas com total autonomia

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome do agrupamento</i>	<i>Nome da escola</i>
OESTE E VALE DO TEJO DSRLVT	Santarém	Médio Tejo	Abrantes	Agrupamento de Escolas n.º 2 de Abrantes	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes
GRANDE LISBOA DSRLVT	Lisboa	Grande Lisboa	Lisboa	Agrupamento de Escolas Luís António Verney	Escola Básica e Secundária Luís António Verney
			Vila Franca de Xira	Agrupamento de Escolas de Vialonga	Escola Básica e Secundária de Vialonga
ALGARVE DSRAL	Faro	Algarve	Portimão	Agrupamento de Escolas de Bemposta	Escola Básica e Secundária da Bemposta
				Agrupamento de Escolas Manuel Teixeira Gomes	Escola Básica Prof. José Buísel

Tabela 7. Escolas Não Agrupadas

¹⁴ A designação “Agrupamentos de Escolas com autonomia” foi escolhida para diferenciá-los de agrupamentos com oferta de cursos profissionais de música em parceria com escolas do ensino especializado de música.

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Ilha</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
R. A. AÇORES DSREAE	Graciosa	R. A. Açores	Santa Cruz da Graciosa	EBS da Graciosa
			Lajes do Pico	EBS Lajes do Pico
	Pico		São Roque do Pico	EBS de S. Roque do Pico
	Terceira		Praia da Vitória	EBI da Praia da Vitória

Tabela 8. Escolas Não Agrupadas sob tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
GRANDE LISBOA DSRLVT	Lisboa	Grande Lisboa	Lisboa	Centro de Educação e Desenvolvimento D. Maria Pia
				Centro de Educação e Desenvolvimento Nuno Álvares - Casa Pia de Lisboa

No mapa seguinte (Figura 2) apresentam-se as 23 escolas públicas que atualmente têm oferta de cursos do ensino especializado de música no continente e ilhas, salientando-se que quase um terço destas escolas se situa nas ilhas.

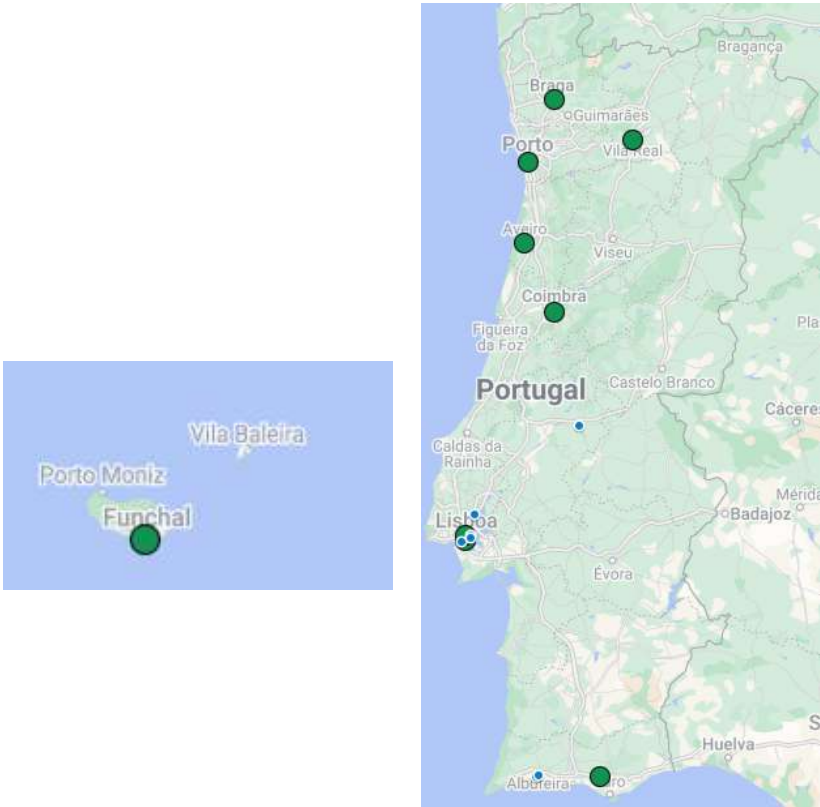




Figura 2. Distribuição geográfica das 23 escolas públicas com oferta especializada de música

Legenda

- Escolas do ensino especializado de música públicas
- Escolas do ensino geral que oferecem cursos do ensino especializado de música e/ou cursos profissionais de música

4. Síntese histórica da rede privada do ensino especializado de música

Durante o século XIX o Conservatório de Lisboa era a única escola oficial de música do país desde 1835 (Sá, 2017, p. 26). No entanto, na segunda metade desse século começaram a aparecer escolas de música privadas que “não constituíram uma verdadeira alternativa ao Conservatório” (M. C. Brito & Cymbron, 1992, p. 146). Foi o caso da Escola Popular de Canto de Jacopo Carli no Porto (1855), do Instituto Musical do Porto (1863) e da Academia do Palácio de Cristal, também no Porto (1866), fundados por Carlo Dubini (M. C. Brito & Cymbron, 1992, p. 146; Castelo-Branco, 2010a, p. 313; Sá, 2017, p. 26), que tiveram uma duração efémera de seis anos (Arquivo Municipal do Porto, s.d.a), nove anos (Arquivo Municipal do Porto, s.d.b) e dois anos (Nery & Castro, 1991, p. 139). Em 1884, com o patrocínio de D. Luís, surge a Academia dos Amadores de Música (Sá, 2017, p. 26), à qual o monarca deu o título de “Real” (Nery & Castro, 1991, p. 150). Apesar de só cem anos mais tarde esta escola ter obtido autorização para ministrar cursos ao nível oficial, ao abrigo do paralelismo pedagógico (Academia de Amadores de Música, s.d.), esta instituição é considerada um “marco no ensino da música em Portugal” (M. C. Brito & Cymbron, 1992, p. 146). Ao nível pedagógico, a Academia tornou-se “numa espécie de conservatório paralelo” (Nery & Castro, 1991, p. 150).

Durante o século XX a rede privada foi crescendo paralelamente à rede pública. As escolas privadas funcionavam, na sua maioria, em paralelismo pedagógico com escolas públicas, ao abrigo do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 553/80, de 21 de novembro). O paralelismo pedagógico implicava a não autonomia das escolas a vários níveis, nomeadamente nos “Planos de estudo e conteúdos programáticos” e na “Matrícula, emissão de diplomas e certificados de matrícula, de aproveitamento e de habilitações” (Decreto-Lei n.º 553/80, Artigo 35º). Tal como é referido na Introdução do Decreto-Lei nº 310/83, de 1 de julho, à data, as instituições particulares estavam “ligadas pedagogicamente aos estabelecimentos oficiais” e todas “tinham como modelo os planos de estudo e programas do Conservatório Nacional.”

Ainda neste século salienta-se o aparecimento das escolas profissionais de música (Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro) as quais, de acordo com Mota (2014, p. 46),

(...) pretendiam criar uma clara rutura com as outras escolas de ensino especializado de música, numa tentativa de preparar instrumentistas capazes de integrar as orquestras portuguesas as quais na época sobreviviam quase exclusivamente através do recrutamento de um grande número de músicos estrangeiros.

As escolas profissionais de música, que emergiram desde cedo como instituições bem sucedidas, inicialmente não tinham como objetivo principal a preparação dos alunos para o acesso ao Ensino Superior, mas a sua profissionalização imediata (Pacheco & Vieira, 2016, p. 315). Apesar dos cursos profissionais e dos cursos artísticos especializados terem diferentes planos de estudo, idades de acesso e legislação que os orienta, conferem qualificações finais semelhantes (p. 321) e, atualmente, procuram o mesmo objetivo final para os seus alunos: prepará-los para o ingresso no Ensino Superior (p. 317).

Nos anos 90 a rede privada assistiu a um alargamento exponencial do número de escolas (Castelo-Branco, 2010b, p. 409; Pacheco & Vieira, 2016, p. 313). No final do século XX, apesar de só existirem 10 escolas públicas no país e ilhas, já havia 77 escolas particulares e cooperativas (Castelo-Branco, 2010a, p. 324).

No século XXI salienta-se a aprovação do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo em 2013 (Decreto-Lei nº 152/2013, de 4 de novembro) que põe fim à figura do paralelismo pedagógico, exigindo às escolas do ensino particular e cooperativo que sejam “autónomas e autossuficientes.”

4.1 Tipologias de escolas privadas com oferta especializada de música

Atualmente há 140 escolas do ensino particular e cooperativo com oferta especializada de música que podem ser divididas em três grupos principais: escolas do ensino especializado de música particulares e cooperativas (127 escolas), escolas profissionais de música (8 escolas) e escolas que, não sendo especializadas, também têm oferta de cursos do ensino especializado de música e/ou de cursos profissionais (5 escolas).

4.2 Escolas do ensino especializado de música particulares e cooperativas

No ano letivo 2022/2023 existiam 123 escolas do ensino especializado de música (Tabela 9), embora, entretanto, uma das escolas tenha sido tornada pública e mais cinco escolas começaram a oferecer cursos do ensino artístico especializado.

Tabela 9. Escolas do ensino artístico especializado de música particulares e cooperativas ¹⁵

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Distrito/ILH A</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
NORTE DSRN	Aveiro	AM Porto*	Arouca	Academia de Música de Arouca
			Espinho	Academia de Música de Espinho
			Oliveira de Azeméis	Academia de Música de Oliveira de Azeméis
			Santa Maria da Feira	Academia de Música de Paços de Brandão
				Academia de Música de Santa Maria da Feira
				Conservatório de Música Terras de Santa Maria
			São João da Madeira	Academia de Música de São João da Madeira
			Vale de Cambra	Academia de Música de Vale de Cambra
		Tâmega e Sousa*	Castelo de Paiva	Academia de Música de Castelo de Paiva
	Braga	Ave	Cabeceiras de Basto	Academia de Música de Cabeceiras de Basto
			Fafe	Academia de Música José Atalaya
			Guimarães	Academia de Música Comendador Albano Abreu Coelho Lima ¹⁶
				Conservatório de Guimarães
			Vila Nova de Famalicão	ArtEduca - Conservatório de Música de Vila Nova de Famalicão
			Vizela	Academia de Música da Sociedade Filarmónica Vizelense
		Cávado	Barcelos	Academia de Música de Viatodos
				Conservatório de Música de Barcelos
			Braga	Conservatório Bomfim
			Esposende	Escola de Música de Esposende

¹⁵ Nesta tabela “*” corresponde às NUTS III que estão presentes em mais do que um distrito; “**” corresponde às escolas que mais recentemente começaram a oferecer cursos do ensino especializado de música e cujos nomes estão apresentados na lista de Contrato de Patrocínio de 2024-2030.

¹⁶ Apesar desta escola ter autorização para lecionar cursos do ensino especializado de música, concedida através da assinatura de um Alvará, neste momento só tem alunos a frequentar cursos livres.

			Vila Verde	Academia de Música de Vila Verde
		Tâmega e Sousa*	Celorico de Basto	Academia de Música de Basto
	Bragança	Terras de Trás-os-Montes	Bragança	Conservatório de Música e Dança de Bragança
			Macedo de Cavaleiros	Conservatório Regional de Macedo de Cavaleiros**
	Porto	AM Porto*	Gondomar	Conservatório de Música de Gondomar
			Maia	Conservatório de Música da Maia
			Matosinhos	Escola de Música de Leça da Palmeira
				Escola de Música Óscar da Silva
			Paredes	Conservatório de Música de Paredes
			Porto	Academia de Artes de Valongo**
				Academia de Música de Costa Cabral
				Conservatório Vocare – Conservatório de Voz, Comunicação e Artes Performativas do Porto
				Curso de Música Silva Monteiro
				EMARA - Escola de Música
				Escola de Música Guilhermina Suggia
				Pallco, Performing Arts School & Conservatory
			Póvoa de Varzim	Escola de Música da Póvoa de Varzim
			Santo Tirso	Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde
			Vila do Conde	Conservatório de Música, Teatro e Dança de Vila do Conde
				Escola de Artes da Vila
			Vila Nova de Gaia	Academia de Música de Vilar do Paraíso
				Conservatório Regional de Gaia
				Escola de Música de Perosinho
				Fórum Cultural de Gulpilhares

		Tâmega e Sousa*	Amarante	Conservatório de Amarante
			Felgueiras	Conservatório de Música de Felgueiras
			Lousada	Conservatório do Vale do Sousa
			Marco de Canaveses	Artâmega - Conservatório de Artes do Marco de Canaveses
	Viana do Castelo	Alto Minho	Arcos de Valdevez	Conservatório de Música e Dança de Arcos de Valdevez
			Caminha	Academia de Música Fernandes Fão
			Monção	Academia Musical de Monção
			Valença	Academia de Música da Fortaleza de Valença
	Vila Real	Alto Tâmega e Barroso	Viana do Castelo	Academia de Música de Viana do Castelo
			Chaves	Academia de Artes de Chaves
Viseu	Tâmega e Sousa*	Cinfães	Academia d'Artes de Cinfães	
	Douro*	Sernancelhe	Conservatório Regional de Música de Ferreirim	
CENTRO DSRC	Aveiro	Região de Aveiro	Águeda	Conservatório de Música de Águeda
			Albergaria-a-Velha	Conservatório de Música da Jobra
			Oliveira do Bairro	Escola de Artes da Bairrada
			Ovar	Academia de Música do Orfeão de Ovar
	Castelo Branco	Beira Baixa	Castelo Branco	Conservatório Regional de Castelo Branco
		Beiras e Serra da Estrela*	Belmonte	Escola de Música do Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral
			Covilhã	Conservatório Regional de Música da Covilhã
		Fundão	Academia de Música e Dança do Fundão	
	Coimbra	Região de Coimbra	Cantanhede	Academia de Música de Cantanhede
			Coimbra	Conservatório Regional de Coimbra
			Escola de Música São Teotónio	
		Figueira da Foz	Conservatório de Música David de Sousa	

			Mealhada	Rubato – Academia de Artes**
			Penacova	Escola de Artes de Penacova
	Guarda	Beiras e Serra da Estrela*	Guarda	Conservatório de Música de S. José da Guarda
			Seia	Conservatório de Música de Seia – Collegium Musicum
	Leiria	Região de Leiria	Leiria	Academia de Música Sebastião e Melo**
				Conservatório de Música da Caranguejeira
				Escola de Artes SAMP (Sociedade Artística Musical dos Pousos)
				Escola de Música do Orfeão de Leiria
			Marinha Grande	Escola de Artes e Movimento
	Viseu	Viseu Dão Lafões	Santa Comba Dão	Conservatório de Música e Artes do Dão
OESTE E VALE DO TEJO DRLVT			Viseu	Conservatório Regional de Música Dr. José de Azeredo Perdigão
	Leiria	Oeste*	Alcobaça	Academia de Música de Alcobaça
			Caldas da Rainha	Conservatório de Caldas da Rainha
			Óbidos	Academia de Música de Óbidos
	Lisboa	Oeste*	Torres Vedras	Conservatório de Música da Física de Torres Vedras Luís António Maldonado Rodrigues
	Santarém	Lezíria do Tejo	Santarém	Conservatório de Música de Santarém
		Médio Tejo	Alcanena	Conservatório de Música Jaime Chavinha
			Ourém	Conservatório de Música e Artes do Centro
				Ourearte - Escola de Música e Artes de Ourém
			Tomar	Centro de Formação Artística da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais
GRANDE LISBOA				Conservatório de Artes Canto Firme de Tomar
			Torres Novas	Conservatório de Música do Choral Phydellius
	Lisboa	Grande Lisboa	Cascais	Conservatório de Música de Cascais

DSRLVT			Lisboa	Academia de Amadores de Música
				Academia de Música de Santa Cecília
				Academia Musical dos Amigos das Crianças - Escola de Música Vechi-Costa
				Acordarte - Academia de Música de Lisboa
				Conservatório de Música da Metropolitana
				Escola de Música do Colégio Moderno
				Escola de Música do Conservatório de Lisboa
				Instituto de Música Vitorino Matono
			Loures	Conservatório Artallis
			Mafra	Conservatório de Música de Mafra
			Odivelas	Conservatório de Música D. Dinis
			Oeiras	Escola de Música Nossa Senhora do Cabo
			Sintra	Conservatório de Música de Sintra
				Conservatório de Música Sons e Compassos
				EMMA – Escola de Música de Monte Abraão**
PENÍNSULA DE SETÚBAL DSRLVT	Setúbal	Península de Setúbal	Vila Franca de Xira	Conservatório Regional Silva Marques
			Almada	Academia de Música de Almada
				Conservatório de Artes Performativas de Almada
				Conservatório de Música de Almada
			Montijo	Conservatório Regional de Artes do Montijo
			Palmela	Conservatório Regional de Palmela
ALENTEJO DSRA	Beja	Baixo Alentejo	Setúbal	Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi
				Conservatório Regional de Setúbal
			Beja	Conservatório Regional do Baixo Alentejo

	Évora	Alentejo Central	Évora	Conservatório Regional de Évora - Eborae Musica
			Reguengos de Monsaraz	Conservatório Regional do Alto Alentejo
	Portalegre	Alto Alentejo	Elvas	Academia de Música de Elvas - Manuel Rodrigues Coelho
			Portalegre	Escola de Artes do Norte Alentejano
	Setúbal	Alentejo Litoral	Sines	Escola das Artes do Alentejo Litoral
ALGARVE DSRAL	Faro	Algarve	Albufeira	Conservatório de Albufeira
			Faro	Conservatório Regional do Algarve Maria Campina
			Lagoa (Algarve)	Conservatório de Artes de Lagoa
			Lagos	Conservatório de Música e Artes de Lagos
			Olhão	Conservatório de Música de Olhão
			Portimão	Academia de Música de Portimão
			Tavira	Academia de Música de Tavira
			Vila Real de Santo António	Conservatório Regional de Vila Real de Santo António

4.3 Polos das escolas do ensino especializado de música do ensino particular e cooperativo

Algumas das escolas do ensino especializado de música particulares e cooperativas têm polos, apesar de nem todos serem contabilizados pelo Ministério da Educação como uma escola de música distinta da sede. Os nomes dos polos poderão ser consultados na Tabela 10.

Tabela 10. Polos das escolas do ensino especializado de música privadas

Nome da escola	Polo	Localização	
		NUTS III	NUTS II
Academia de Música Fernandes Fão	Polo de Ponte de Lima	ALTO MINHO Município: Ponte de Lima	NORTE Distrito: Viana do Castelo
	Secção de Caminha	ALTO MINHO Município: Caminha	
	Secção de Vila Nova de Cerveira	ALTO MINHO Município: Vila Nova de Cerveira	
Academia de Música de Viana do Castelo	Extensão em Paredes de Coura	ALTO MINHO	

		Município: Paredes de Coura	
	Extensão de Monção	ALTO MINHO Município: Monção	
Centro de Cultura Musical de Caldas da Saúde	Polo Fundação Castro Alves	AVE Município: Vila Nova de Famalicão	NORTE Distrito: Braga
Conservatório de Guimarães	Polo de Vieira do Minho	AVE Município: Vieira do Minho	
Academia de Música e Dança do Fundão	Secção de Penamacor	BEIRA BAIXA Município: Penamacor	CENTRO Distrito: Castelo Branco
Conservatório de Música da Jobra	Polo de Vouzela	VEISEU DÃO LAFÕES Município: Vouzela	CENTRO Distrito: Viseu
Conservatório de Música David de Sousa	Polo de Pombal	REGIÃO DE LEIRIA Município: Pombal	CENTRO Distrito: Leiria
Conservatório de Música e Artes do Centro	Batalha	REGIÃO DE LEIRIA Município: Batalha	
	Fátima	MÉDIO TEJO Município: Ourém	CENTRO Distrito: Santarém
	Porto de Mós	REGIÃO DE LEIRIA Município: Porto de Mós	CENTRO Distrito: Leiria
Conservatório Regional de Castelo Branco	Polo de Idanha-a-Nova	BEIRA BAIXA Município: Idanha-a-Nova	CENTRO Distrito: Castelo Branco
	Núcleo em Proença-a-Nova	BEIRA BAIXA Município: Proença-a-Nova	
Conservatório Regional de Música de Ferreirim	Polo de Penalva do Castelo	VEISEU DÃO LAFÕES Município: Penalva do Castelo	CENTRO Distrito: Viseu
Escola de Música do Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral	Polo do Sabugal	BEIRAS E SERRA DA ESTRELA Município: Sabugal	CENTRO Distrito: Guarda
Conservatório de Artes Canto Firme de Tomar	Secção de Mação	MÉDIO TEJO Município: Mação	OESTE E VALE DO TEJO
Conservatório de Música do Choral Phydellius	Núcleo Phydellius em Constância – Escola Luís de Camões	MÉDIO TEJO Município: Constância	Distrito: Santarém
Acordarte- Academia de Música de Lisboa	Academia de Música de Lisboa – Parque das Nações	GRANDE LISBOA Município: Lisboa	GRANDE LISBOA
	Academia de Música de Lisboa - Oeiras	GRANDE LISBOA Município: Oeiras	Distrito: Lisboa

Conservatório de Música de Sintra	Polo de Montelavar	GRANDE LISBOA Município: Sintra	
Escola de Música Nossa Senhora do Cabo	Extensão de Paço de Arcos	GRANDE LISBOA Município: Oeiras	
Academia de Música Luísa Todi	Polo Avenida ¹⁷	PENÍNSULA DE SETÚBAL Município: Setúbal	PENÍNSULA DE SETÚBAL Distrito: Setúbal
Conservatório Regional de Artes do Montijo	Escola Básica de Pegões	PENÍNSULA DE SETÚBAL Município: Montijo	
Conservatório Regional do Baixo Alentejo	Secção de Castro Verde	BAIXO ALENTEJO Município: Castro Verde	ALENTEJO Distrito: Beja
	Secção de Moura	BAIXO ALENTEJO Município: Moura	
Escola de Artes do Norte Alentejano	Secção de Ponte de Sôr	ALTO ALENTEJO Município: Ponte de Sôr	ALENTEJO Distrito: Portalegre
	Secção de Sousel	ALTO ALENTEJO Município: Sousel	
Academia de Música de Portimão	Polo – Casa das Artes em Portimão	ALGARVE Município: Portimão	ALGARVE Distrito: Faro

4.4 Escolas profissionais de música

Atualmente há oito escolas do ensino profissional de música em Portugal, todas privadas – Tabela 11. A maioria situa-se na zona Norte (4) e Centro (3). Há apenas uma escola profissional de música na zona de Lisboa. Não há nenhuma escola profissional de música no Alentejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas.

Tabela 11. Escolas profissionais de música

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
NORTE DSRN	Aveiro	AM Porto	Espinho	Escola Profissional de Música de Espinho
	Braga	Ave	Vila Nova de Famalicão	Escola Profissional Artística do Vale do Ave – ARTAVE
	Bragança	Terras de Trás-os-Montes	Mirandela	Escola Profissional de Arte de Mirandela – ESPROARTE
	Viana do Castelo	Alto Minho	Viana do Castelo	Escola Profissional Artística do Alto Minho – ARTEAM
CENTRO DSRC	Aveiro	Região de Aveiro	Albergaria-a-Velha	ART’J - Escola profissional de Artes Performativas da Jobra

¹⁷ Abriu no início deste ano letivo (Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi, s.d.).

	Castelo Branco	Beira Baixa	Castelo Branco	Escola Profissional do Conservatório de Castelo Branco
		Beiras e Serra da Estrela	Covilhã	Escola Profissional de Artes da Beira Interior
	GRANDE LISBOA DSRLVT	Lisboa	Grande Lisboa	Escola Profissional da Metropolitana

A Escola Profissional Artística do Vale do Ave apresenta um Polo em Santo Tirso.

Tabela 12. Polo de Escola Profissional de Música

Nome da escola	Polo	Localização	
		NUTS III	NUTS II
Escola Profissional Artística do Vale do Ave - ARTAVE	Delegação de Santo Tirso	AM PORTO Município: Santo Tirso	NORTE Distrito: Porto

No mapa seguinte (Figura 3) apresentam-se as 135 escolas especializadas de música do ensino particular e cooperativo (127 escolas do ensino especializado de música e 8 escolas profissionais de música), todas situadas no continente.

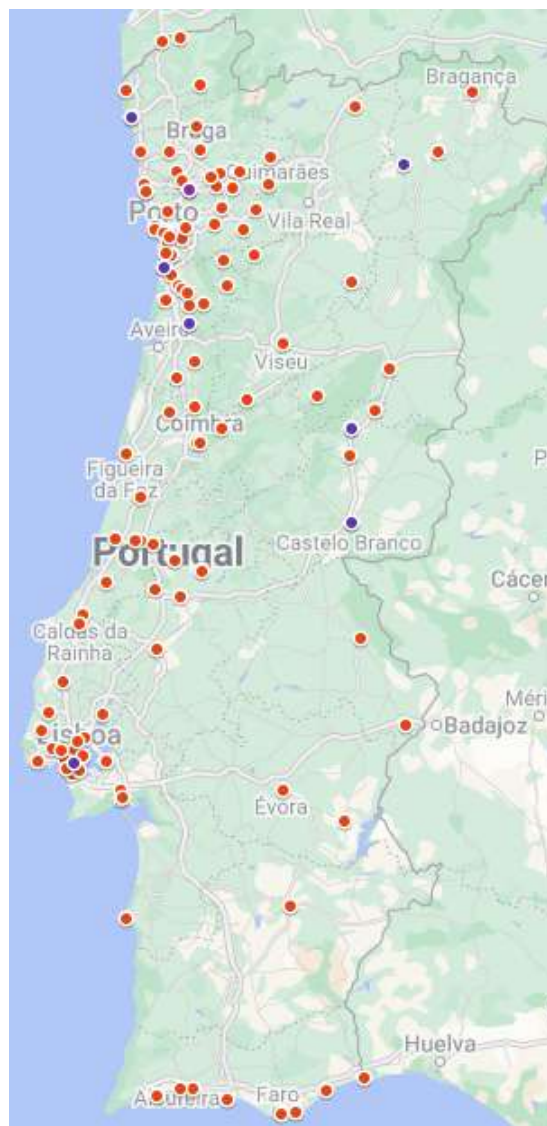


Figura 3. Distribuição geográfica das 135 escolas especializadas particulares e cooperativas

Legenda

- Escolas do ensino especializado de música particular e cooperativo
- Escolas profissionais de música

Mais uma vez destaca-se o desequilíbrio da distribuição das escolas pelo território nacional. Salienta-se, no entanto, a cobertura de regiões nas quais não existem escolas públicas, perspetivando-se a possibilidade futura, como a história tem mostrado, de algumas destas escolas poderem – ou deverem – vir a passar também à rede pública, como aconteceu com a maioria das escolas apresentadas na Figura 1.

4.5 Escolas do ensino particular e cooperativo que oferecem cursos especializados de música

Para além das escolas do ensino especializado de música da rede particular e cooperativa e das escolas profissionais, nos últimos anos surgiu uma nova tipologia de escola: estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que, não sendo escolas especializadas, oferecem cursos especializados de música. É o caso de três colégios da região norte que oferecem regime integrado (Tabela 13), de uma escola do ensino especializado de dança que também integra a oferta de cursos do ensino especializado de música (Tabela 14) e de uma escola profissional de outra área que também oferece cursos profissionais de música (Tabela 15).

Tabela 13. Estabelecimentos do ensino particular e cooperativo (colégios) com oferta de regime integrado

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
NORTE	Braga	Cávado	Braga	Colégio Alfacoop
			Barcelos	Colégio Didálvi
	Porto	AM Porto	Valongo	Colégio de Ermesinde - Escola Católica

Tabela 14. Escola do ensino artístico especializado de dança com cursos artísticos especializados de música

<i>NUTS II</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
NORTE DSRN	Porto	AM Porto	Vila Nova de Gaia	Escola de Dança Ginásio

Tabela 15. Escola profissional de outras áreas com cursos profissionais de música

<i>NUTS II</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome da escola</i>
CENTRO	Guarda	Beiras e Serra da Estrela	Seia	Escola Profissional da Serra da Estrela - EPSE

No mapa seguinte (Figura 4) apresentam-se as 140 escolas do ensino particular e cooperativo com oferta de cursos do ensino especializado de música e/ou cursos profissionais de música.

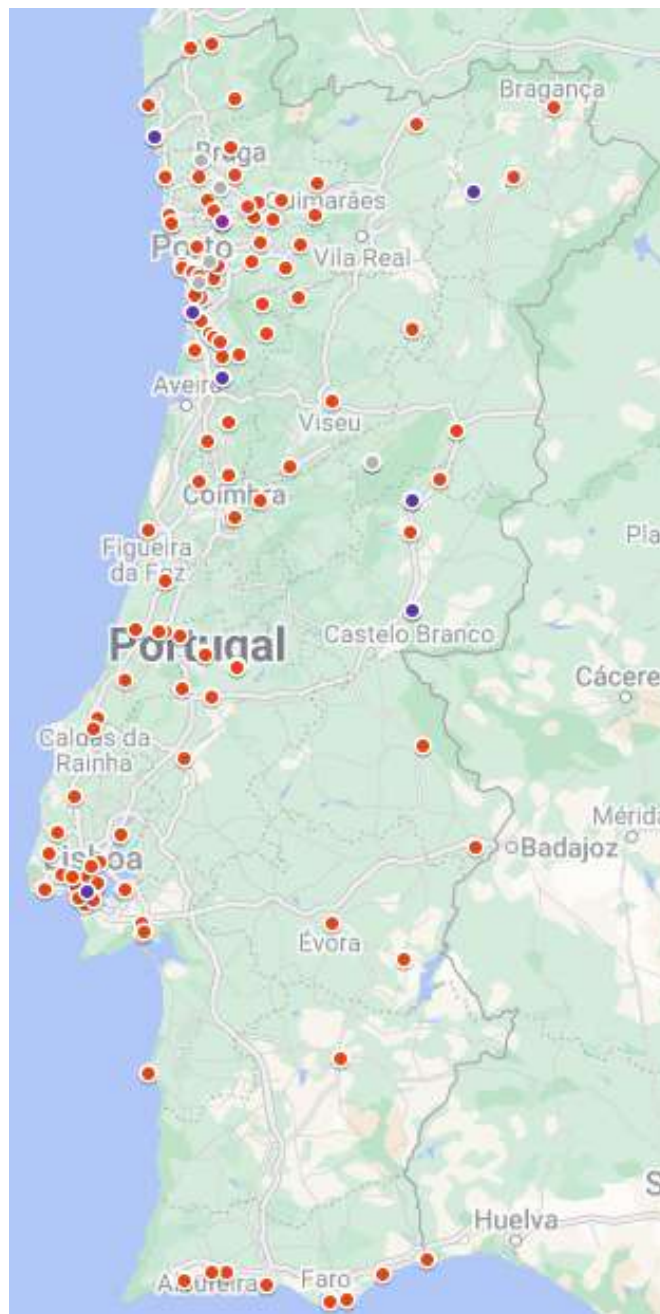


Figura 4. Distribuição geográfica das 140 escolas do ensino particular e cooperativo com oferta especializada de música

Legenda

- Escolas do ensino especializado de música particular e cooperativo
- Escolas profissionais de música
- Outras escolas do ensino particular e cooperativo que oferecem cursos especializados de música, ou cursos profissionais

5. Organização dos resultados do estudo

A grande complexidade de tipologias de escolas que oferecem ensino especializado de música em Portugal pode sintetizar-se na Figura 5, que apresenta a sua distribuição. São visíveis todas as escolas que atualmente oferecem cursos do ensino especializado de música e/ou cursos profissionais de música.

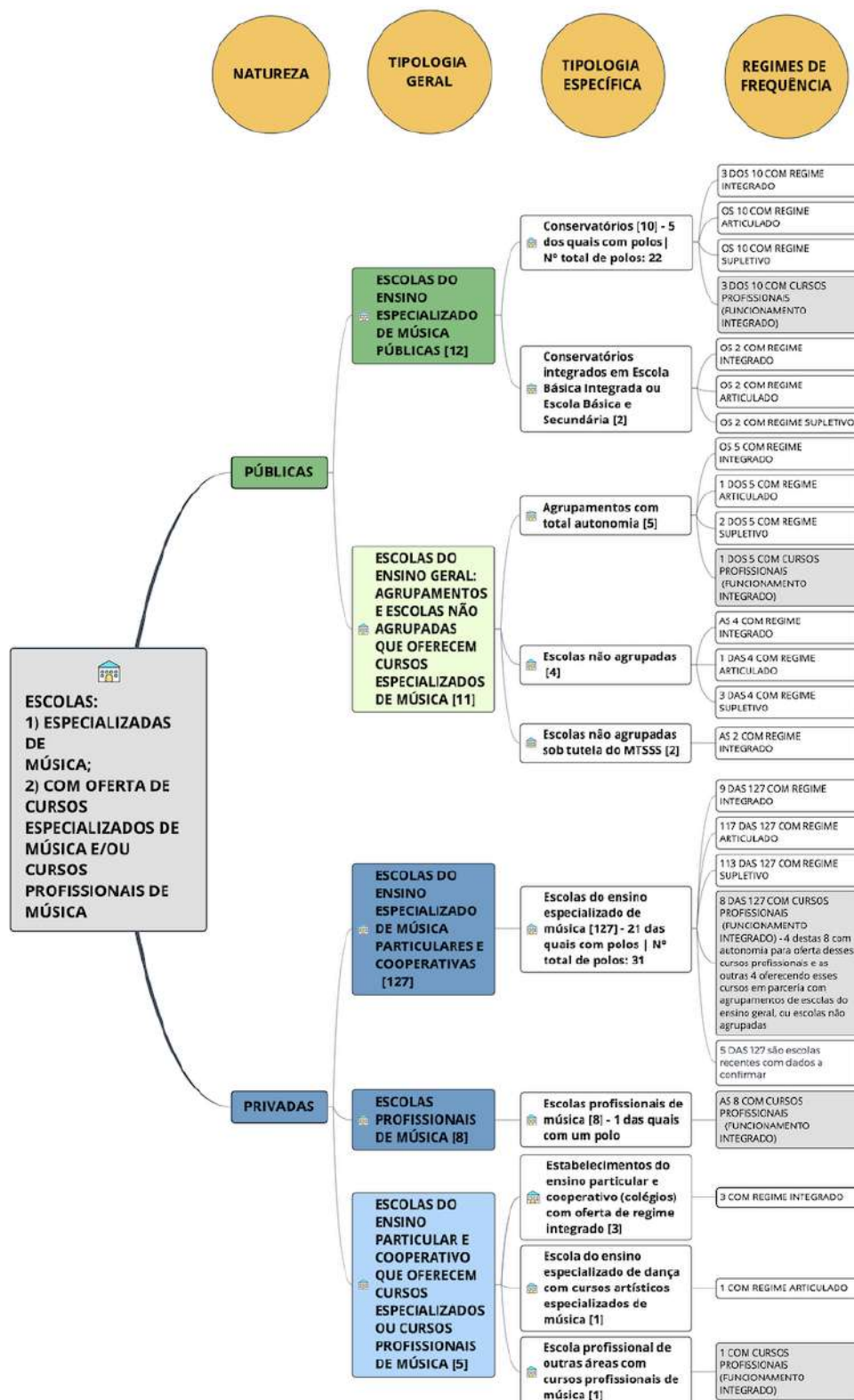


Figura 5. Tipologias de escolas¹⁸

¹⁸ Na lista dos regimes de frequência apenas foi considerada a oferta no 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário. Uma das escolas do ensino particular e cooperativo que tem como oferta autorizada cursos profissionais de música, neste momento não os ministra.

Como se pode observar, as diferentes tipologias de escolas especializadas que nos anos 80 e 90 se constituíam como uma oferta predominantemente “supletiva” ao ensino geral manifestam hoje um grande crescimento e uma grande adesão aos regimes de frequência “articulado” e “integrado” (quarta coluna), demonstrando o extraordinário impacto do Decreto-Lei nº 310/83 de 1 de julho na expansão das potencialidades e do alcance das redes pública e privada de ensino especializado no que respeita à agilização da mobilidade dos alunos entre os subsistemas de ensino da música no nosso país, e no que respeita também à rentabilização de recursos e disseminação de processos de ensino e aprendizagem especializados a toda a população.

Ressalva-se ainda que há três Agrupamentos de Escolas e uma Escola Não Agrupada que têm parcerias com escolas do ensino especializado de música para ministrar Cursos Profissionais de Música (Tabela 16).

Tabela 16. Agrupamentos de Escolas e Escola não agrupada que ministram cursos profissionais de música em parceria com escolas do ensino especializado de música

<i>NUTS II e DSR</i>	<i>Distrito</i>	<i>NUTS III</i>	<i>Município</i>	<i>Nome do agrupamento</i>	<i>Nome da escola</i>
NORTE DSRN	Vila Real	Alto Tâmega e Barroso	Chaves	Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins	Escola Secundária Dr. Júlio Martins
	Viseu	Tâmega e Sousa	Cinfães	(Não agrupada)	Escola Secundária Professor Doutor Flávio F. Pinto Resende ¹⁹
OESTE E VALE DO TEJO DSRLVT	Leiria	Oeste	Alcobaça	Agrupamento de Escolas de Cister de Alcobaça	Escola Secundária D. Inês de Castro ²⁰
	Santarém	Médio Tejo	Tomar	Agrupamento de Escolas Templários	Escola Secundária Jácome Ratton

Para além disso, as escolas do ensino especializado de música (públicas e privadas) colaboram com Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas da rede geral pública e com escolas do ensino privado para ministrar cursos do ensino especializado de música em regime articulado. No ano 2022/2023 havia pelo menos 449 Agrupamentos de Escolas (620 escolas agrupadas), 68 Escolas Não Agrupadas e 96 escolas privadas que colaboravam com escolas especializadas de música no âmbito da oferta do regime articulado.

¹⁹ (Escola Secundária Professor Dr. Flávio Pinto Resende, s.d.)

²⁰ (Academia de Música de Alcobaça, s.d.; Agrupamento de Escolas de Cister - Alcobaça, s.d.)

6. Discussão

Salienta-se em primeiro lugar um grande desequilíbrio entre o número de escolas da rede pública e da rede privada. A rede pública do ensino especializado é muito limitada (12 escolas do ensino especializado de música e 11 escolas que também têm a oferta de cursos do ensino especializado de música). Para além de existirem poucas escolas, nem todos os alunos que vivem nas proximidades destas escolas podem frequentá-las (H. Brito & Vieira, 2017, p. 136), pelo que a maioria da população que busca uma formação musical dita “especializada” tem que pagar por ela, e muitas vezes por transporte e alojamento para a ela poder aceder. Isto gera um país a duas velocidades, numa conjuntura fiscal homogénea.

A procura pela formação especializada em música assistiu a um grande alargamento no final do século XX resultante da democratização do sistema educativo português e da melhoria das condições socioeconómicas da população (Folhadela et al., 1998, p. 7), bem como das limitações do ensino geral já abundantemente descritas na literatura (Pacheco & Vieira, 2019, p. 26). O Estudo de Avaliação do Ensino Artístico realizado em 2007 indicou que, à data, nos conservatórios públicos “a procura chega a ser três vezes superior à oferta que os conservatórios conseguem organizar” (Fernandes et al., 2007, p. 58). Referiu também que “[p]ara certos instrumentos pode haver 8 vagas para mais de 100 candidatos!” (Fernandes et al., 2007, p. 58). Para além do limite de vagas que condiciona o acesso, de acordo com o Decreto-Lei nº 344/90, de 2 de novembro, o ensino especializado destina-se apenas a “indivíduos com comprovadas aptidões e talentos [sic] em alguma área artística específica”, cujo ingresso está sujeito à realização de “provas específicas”. No entanto, questiona-se a utilização destes conceitos de “aptidão” e “talento” para justificar o acesso a este ensino, uma vez que não se sabe se a aptidão musical é inata e/ou hereditária (em qualquer dos casos transformando os processos atuais de seleção em processos eugénicos), ou se é adquirida - e nesse caso justificativa do direito à educação antes da exclusão à partida dos estudantes à entrada de uma escola (H. Brito & Vieira, 2017, pp. 136–137). Gomes corrobora este alerta quando afirma que

(...) cada vez mais existem evidências de que os factores ambientais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de determinadas aptidões básicas em determinados períodos críticos do desenvolvimento da criança, processo este que não é exclusivo das aptidões musicais ou de qualquer outra aptidão artística em geral, mas que é comum a tudo aquilo que somos e fazemos. (Gomes, 2002, pp. 6–7)

Gomes (2002) alerta ainda para o facto de que, na prática, os testes que têm sido realizados não medem a aptidão dos alunos, mas verificam as aprendizagens já realizadas. Para além disso, como recorda Vieira (2009) no que diz respeito à realização de baterias de testes para medir aptidões musicais,

a maioria dos autores recomenda que esses testes não sejam utilizados como meio de selecção e exclusão de crianças no acesso a certas escolas vocacionais, mas antes como instrumentos de auxílio aos professores para a definição de perfil e conhecimento mais profundo dos seus alunos, no sentido do desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais adequadas e pessoais para o contexto da sala de aula. (Vieira, 2009, pp. 534–535)

Assim, os conservatórios que surgiram com um cariz caritativo e que, em certo momento, alargaram o ensino de música a um maior número de crianças (Vieira, 2009, p. 530), foram os mesmos que com o tempo foram “desenvolvendo uma imagem social de seletividade, não tanto porque, de facto, seleccionassem os alunos com base em aptidões musicais, mas porque eram (e são, ainda hoje) muito poucos para a realidade do nosso país” (Vieira, 2009, p. 531).

Ao longo dos anos já foram tomadas algumas medidas que tiveram como objetivo tornar o acesso à educação musical mais democrático. Por um lado, destaca-se a criação do regime de frequência articulado (desde o Decreto-Lei nº 310/83) como uma tentativa de aproximar os ensinos na altura designados genérico e vocacional (Vieira, 2009, p. 531) e que levou a um grande aumento de alunos nas escolas especializadas ou com acesso a ensino dito “especializado”. Por outro lado, referem-se as Atividades de Enriquecimento Curricular que surgiram no Despacho 12591/2006, de 16 de junho, revogado pelo Despacho nº 14460/2008. No entanto, o facto de terem um cariz extracurricular, não se podendo sobrepor à atividade curricular diária (Vieira, 2009, p. 533) e ainda o facto de funcionarem como atividades opcionais, geram “injustiças na oferta formativa” (Ferreira et al., 2009). Deste modo, não contribuem na prática para a democratização do acesso ao ensino de música (Vieira, 2011, p. 798).

Salienta-se também, para além do desequilíbrio das redes pública e privada, uma enorme complexidade na tipologia de escolas que oferecem cursos especializados de música no território nacional e uma tendência para que escolas “não especializadas” integrem cursos do ensino especializado e/ou cursos profissionais na sua oferta (Agrupamentos de Escolas, Escolas não Agrupadas, escola profissional de outras áreas, escolas do ensino particular e cooperativo). Sobre esta tendência das escolas gerais albergarem cursos especializados, o Conselho Nacional de Educação pronunciou-se em 2022, afirmando:

Os CAE, tal como os Cursos Profissionais (CP), ao serem introduzidos nas escolas secundárias públicas, participaram de uma dinâmica transformadora do paradigma definidor do ensino secundário, rompendo com inércias e lastros do passado, abrindo as diferentes ofertas formativas em condições de equidade e inclusão, nas oportunidades e condições de sucesso dos alunos que as pretendam frequentar. (Fernandes & Gonçalves, 2023, p. 191)

Destaca-se que muitas das iniciativas que têm surgido nos últimos 50 anos e que contribuíram para esta complexidade na oferta do ensino especializado (como foi o caso do aparecimento dos regimes de frequência integrado e articulado, e o caso da integração de conservatórios em escolas do ensino geral), foram pensadas no

sentido de facilitar a conciliação entre o ensino especializado e o ensino geral. Relativamente à oferta do ensino especializado em agrupamentos de escolas, H. Brito e Vieira (2017, p. 136) exprimem a seguinte opinião:

Esta última solução, apesar de já questionada no terreno por alguns profissionais receosos da perda de identidade do ensino dito “especializado”, poderá representar uma das possibilidades reais de futura expansão da rede para a razão desejável de, pelo menos, uma escola por distrito. O tempo e a história têm mostrado que são sempre necessários passos curriculares mais visionários no sentido da expansão, para que depois o sistema e os profissionais do ensino se encarreguem da necessária normalização e adequação dos perfis e exigências desejáveis.

Podemos observar que há cada vez uma maior tendência para que o foco esteja na oferta dos cursos e não nas escolas que os podem oferecer. O próprio site da ANQEP tinha no passado uma lista de escolas do ensino especializado de música organizado por zonas do país. No entanto, a partir de 2020 o Portal da Oferta Formativa²¹ começou a listar a oferta por curso, e não por escola, e a apresentar todos os cursos, independentemente de até poderem ser oferecidos por uma mesma escola, divulgando, assim, todas as entidades que oferecem cursos do ensino especializado de música (incluindo escolas do ensino geral que têm protocolos de ensino articulado com escolas especializadas) sem distinção de tipologias.

7. Conclusões

Podemos sintetizar o panorama atual as escolas especializadas de música da rede pública e da rede particular e cooperativa da seguinte forma:

- A rede pública apresenta poucas escolas do ensino especializado de música (12 escolas), cobrindo, se contarmos com os polos, apenas 7 NUTS II, 9 distritos, 2 ilhas do Arquipélago da Madeira, 3 ilhas do Arquipélago dos Açores, e 11 NUTS III;
- A rede particular e cooperativa está muito mais desenvolvida no continente do que a rede pública (135 escolas), apresentando pelo menos uma escola especializada por distrito;
- Não existem escolas da rede particular e cooperativa nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira a ministrar cursos do ensino especializado de música;
- A distribuição das escolas não é uniforme pelo país, havendo nas duas redes uma muito maior presença de escolas na zona litoral;
- Atualmente o ensino especializado de música é oferecido por uma enorme diversidade de tipologias.

Tendo em conta o panorama atual da oferta do ensino especializado em Portugal questiona-se os próprios conceitos apresentados no título deste artigo: Poderemos

²¹ Recurso “desenvolvido pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), em parceria com a Direção Geral da Educação (DGE) e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)” (Portal da Oferta Formativa, s.d.).

falar de uma verdadeira “rede pública” quando grande parte do território (9 distritos, já contando com os polos) não tem escolas do ensino especializado desta natureza?

Apesar da rede particular e cooperativa nos últimos anos ter assumido um papel importantíssimo em colmatar a insuficiência da rede pública, muitas escolas dessa rede cobram propinas por disciplina aos alunos que a frequentam. Seria importante, por essa razão, haver pelo menos uma escola pública por distrito, de modo a podermos falar de uma verdadeira “rede”, e de forma a cumprir-se os princípios estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) no que respeita à cobertura das necessidades de toda a população (n.º 1 do Artigo 37º) e no que respeita à eliminação de “desigualdades e assimetrias locais e regionais” (n.º 2 do Artigo 37º).

A diversidade de tipologias de escolas que atualmente oferecem cursos do ensino especializado de música e/ou cursos profissionais de música é complexa, e reflete que o ensino especializado de música tem chegado a cada vez mais crianças e jovens portugueses a partir de diversas instituições. Tendo em conta o público cada vez mais diverso que frequenta o ensino especializado, em particular através do regime articulado, verifica-se que as escolas de música ditas “especializadas” têm ultrapassado “os objetivos legislativos do contexto de escola de música vocacional” (Pacheco, 2008, p. 190). O ensino especializado tem assegurado uma função simultaneamente especializada e genérica (Pacheco, 2008). O que significa então “ensino especializado”? Faz sentido continuar a justificar o acesso dos alunos com base nas “comprovadas aptidões ou talentos em alguma área artística específica”? (Decreto-Lei nº 344/90). Vieira tem sublinhado essa incongruência há mais de 20 anos:

Ora, se as possibilidades de acesso mostram, sempre, que mais alunos pretendem aceder, não se trata, evidentemente, de “vocação”, mas de *oportunidade*; não se trata de “detectar talentos” (como quem descobre ouro com um detector de metais inertes), mas antes de tomar decisões políticas que permitam generalizar o acesso e possibilitar escolhas próprias e fundamentadas a seres humanos vivos, pensantes e em construção, tal como acontece em qualquer outra disciplina. (Vieira, 2014, p. 62)

De acordo com Krauss (1974, p. 2) “Uma conceção pedagógico-musical da promoção unilateral da capacidade e do talento, acelera o retrocesso na matéria escolar (MÚSICA) e promove o analfabetismo musical.” Deste modo, a aspiração de que o ensino especializado seja acessível a uma população mais alargada não se expressa no sentido de impor uma opção vocacional a um conjunto pretensamente selecionado de crianças e jovens, mas de permitir que essa opção se torne uma possibilidade. Essa possibilidade só existe se, desde tenra idade, os jovens tiverem acesso a um ensino de música de qualidade, assegurado por professores especialistas, que promova o desenvolvimento das capacidades e a aquisição de competências que lhes possibilitam obter uma experiência prática com a música: “quase sempre são talentosos aqueles seres humanos que tiveram experiências de

aprendizagem sistemática em tenra idade” (Krauss, 1974, p. 2). Esta necessidade de expansão do ensino especializado prende-se não só pelo escasso número de escolas públicas, mas também pela insuficiência de oportunidades de acesso a um ensino de música de qualidade no âmbito do ensino geral. Deste modo, o ensino especializado tem sido essencial para colmatar as insuficiências da formação geral, assegurando “quantitativa e qualificativamente o exercício da profissão musical para a nova geração” (Krauss, 1974, p. 1). No entanto, seria importante que a formação musical do 1º ciclo fosse assegurada por um professor especialista (quer pela atribuição dessa responsabilidade aos professores de Educação Musical do ensino geral, ou, provisoriamente, através do alargamento oficial do ensino articulado a alunos deste nível) e, sobretudo, que proporcionasse a aprendizagem instrumental em condições de igualdade com as crianças que já frequentam a oferta especializada. Deste modo, uma vez assegurada a qualidade da formação musical de todas as crianças e jovens, o ensino especializado poderá a longo prazo assumir uma função verdadeiramente especializada e uma vocação livremente ponderada e assumida pelas crianças e jovens.

Referências bibliográficas

- Academia de Amadores de Música. (s.d.). *Quem somos*.
<https://www.amadoresdemusica.org.pt/associação>
- Academia de Música de Alcobaça. (s.d.). *Cursos profissionais*.
<https://www.academiamalcobaca.com/pt/cursos/cursos-profissionais>
- Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi. (s.d.). *Continuamos a crescer— Agora com o 7º ano!* <https://academialuisatodi.pt/academia-luisa-todi-7-o-ano-inscricoes-abertas/>
- AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo. (s.d.). *Associados*. <https://www.aeep.pt/associados/#/a/pesquisa/>
- Agrupamento de Escolas de Cister - Alcobaça. (s.d.). *Ensino Profissional*.
<https://www.aecister.pt/ensino-profissional>
- ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais. (s.d.). *Associados*.
<https://anespo.pt/associados/>
- APROARTE - Associação Nacional do Ensino Profissional de Música e Artes. (s.d.). *Associados*. <http://aproarte.org/category/destaques/epme>
- Arquivo Municipal do Porto. (s.d.a). *Escola Popular de Canto. 1855-1861*.
<https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/44899/>
- Arquivo Municipal do Porto. (s.d.b). *Instituto Musical da Câmara Municipal do Porto*. <https://gisaweb.cm-porto.pt/creators/44900/>
- Borges, M. J. (s.d.). *Brevíssima notícia histórica da Escola de Música do Conservatório Nacional*. <https://www.emcn.edu.pt/instituição>
- Branco, J. (1995). *História da música portuguesa*. Publicações Europa-América.
- Brito, H., & Vieira, M. H. (2017). Era uma vez um gato maltês, tocava piano e falava francês: Um olhar sobre o acesso à rede pública de ensino artístico especializado da música. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 04, 134–139. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.04.2696>
- Brito, M. C. (1989). *Estudos de história da música em Portugal* (Vol. 78). Editorial Estampa.
- Brito, M. C., & Cymbron, L. (1992). *História da música portuguesa*. Universidade Aberta.
- Caldeira, A. M. (2012, Outubro). *História*.
<https://conservatoriodebraga.pt/historia/>

- Câmara Municipal de Vila Real. (s.d.). *Escola pública de música «Conservatório de Vila Real—Comendador Manuel Correia Botelho»*. <https://www.cm-vilareal.pt/index.php/rss/escola-publica-de-musica-conservatorio-de-vila-real-comendador-manuel-correia-botelho>
- Castelo-Branco, S. (2010a). Conservatórios de música. Em *Enciclopédia da música em Portugal no século XX: Vol. A-C* (p. 324). Círculo de Leitores.
- Castelo-Branco, S. (2010b). Ensino da música. Em *Enciclopédia da música em Portugal no século XX* (Vol. 2). Círculo de Leitores.
- Castelo-Branco, S. (2010c). Escola de Música do Conservatório Nacional. Em *Enciclopédia da música em Portugal no século XX* (Vol. 2). Círculo de Leitores.
- Castelo-Branco, S. (2010d). Instituto Gregoriano de Lisboa. Em *Enciclopédia da música em Portugal no século XX* (Vol. 2, p. 644). Círculo de Leitores.
- Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira Engº Luiz Peter Clode. (s.d.). *História*. <https://www.conservatorioescoladasartes.com/historia/>
- Conservatório de Música de Loulé Francisco Rosado. (s.d.). *História*. <https://conservatoriodeloule.pt/historia/>
- Conservatório de Música do Porto. (s.d.). *100 anos de história*. <https://www.conservatoriodemusicaodoporto.pt/a-escola/historia>
- DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, DGE - Direção Geral da Educação, & ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (s.d.). *Portal da Oferta Formativa*. <https://www.ofertaformativa.gov.pt/#/acerca>
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. (2018a). *Lista definitiva música—Concurso contrato patrocínio 2018/2024*. https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2018/09/ListaDefinitivaMusicaCorrecaoEAE-18_24.pdf
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. (2018b). *Lista definitiva música—Procedimento adicional de concurso contrato patrocínio 2018/2024*. https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2018/11/Lista_Definitiva-Adicional_CP_Musica_2018_2024.pdf
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. (2020). *Música—Lista definitiva contratos de patrocínio 2020/2026*. https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2020/09/Definitivas_mUSICA_2.pdf
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. (2022). *Música—Lista definitiva procedimento concursal contratos de patrocínio 2022/2028*. https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2022/08/Musica_Lista_definitiva.pdf
- DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. (2024). *Música—Lista definitiva procedimento concursal contratos de patrocínio 2024/2030*. https://www.dgeste.mec.pt/wp-content/uploads/2024/10/Lista-definitiva_Musica2430.pdf
- Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (s.d.). *Academia de Música e Belas Artes da Madeira*. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=93465>
- Dores, V. (2016). Conservatório da Horta—25 anos de ensino artístico. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 25, 207–212.
- Ensemble. (s.d.). *Associados*. <http://www.ensemble.pt/associados/>
- Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra. (s.d.). *História*. <https://conservatoriomcoimbra.pt/historia/>
- Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa. (s.d.). *Historial*.

- <https://www.institutogregoriano.pt/instituicao/historial>
Escolas Profissionais de Portugal. (s.d.). *Escolas*.
<https://www.escolasprofissionais.com/categoria/escolas/>
- Fernandes, D., & Gonçalves, C. (2023). *Estado da Educação 2022*. Conselho Nacional de Educação.
- Fernandes, D., Ó, J., & Ferreira, M. (2007). *Estudo de avaliação do ensino artístico*. Direcção Geral de Formação Vocacional do Ministério da Educação e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/5501>
- Ferreira, S. R., Vieira, M. H., & Rodrigues, H. (2009). O impacto do projecto artístico-formativo Grande Bichofonia no contexto das AEC. *Revista de Educação Musical*, 133, 50–55.
- Folhadela, P., Vasconcelos, A. Â., & Palma, E. (1998). *Ensino especializado da música: Reflexões de escolas e de professores*. Ministério da Educação - Departamento do Ensino Secundário.
- Gomes, C. (2002). *Discursos sobre a «especificidade» do ensino artístico: A sua representação histórica nos séculos XIX e XX* [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, área de História da Educação, Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação].
<http://hdl.handle.net/10451/34811>
- Governo dos Açores. (s.d.). *História*. <https://crpd.edu.azores.gov.pt/historia/>
- IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação. (s.d.). *Pesquisa da rede escolar*. <https://www.gesedu.pt/PesquisaRede>
- Krauss, E. (1974). O ensino da música como matéria obrigatória nas escolas primárias. *Boletim da APEM*, 5, 1–8.
- Mota, G. (2014). A educação musical em Portugal: Uma história plena de contradições. *Debates - Unirio*, 13, 41–50.
- Nery, R. V. (2015). O modelo da Academia como pioneiro da modernidade pedagógica. Em A. Tavares, J. M. Sardica, & R. V. Nery (Eds.), *50 anos Academia de Música de Santa Cecília: A educar desde 1964* (pp. 39–52). Althum.com.
- Nery, R. V., & Castro, P. (com Comissariado para a europa 91 - Portugal). (1991). *História da música*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Neto, H. (s.d.). *História—1985, criação do Conservatório de Música*.
<https://www.cmacg.pt/o-conservatorio/historia?showall=&start=3>
- Pacheco, A. (2008). *O ensino da música em regime articulado no conservatório do Vale do Sousa: Função vocacional ou genérica?* [Tese de Mestrado em Estudos da Criança, área de especialização em Educação Musical, Universidade do Minho - Instituto de Estudos da Criança].
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5320/1/Tese%20de%20António%20Ribeiro.pdf>
- Pacheco, A., & Vieira, M. (2016). The subsystem of specialized music education in Portugal since 1983: The process of integration into the general education system. *International Journal of Music Education*, 34(3), 311–323.
<https://doi.org/10.1177/0255761415619424>
- Pacheco, A., & Vieira, M. H. G. L. (2019). A frequência do ensino da música em regime articulado em Portugal: Resultados de um projeto de investigação-ação no Conservatório do Vale do Sousa. *Educação*, 42(1), 23.
<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.1.28201>
- Pimentel, F. (2021). *Conservatório Regional de Angra do Heroísmo—Uma história cultural e pedagógica* [Relatório de Estágio do Mestrado em Ensino de Música, Variante Formação Musical e Música de Conjunto, Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Artes Aplicadas].

- <http://hdl.handle.net/10400.11/7660>
Portal da Oferta Formativa. (s.d.). *Acerca*.
<https://www.ofertaformativa.gov.pt/#/acerca>
- Sá, V. (2017). Recursos para o ensino da música em Portugal no antigo regime: Modelos cosmopolitas, manuais para o ensino de instrumentos e contributos para o processo de constituição do Real Conservatório de Lisboa (1835). Em E. Lopes (Ed.), *Tópicos de pesquisa para a aprendizagem do instrumento musical* (pp. 17–30). Editora Kelps.
- Vieira, M. H. (2009). O desenvolvimento da vocação musical em Portugal. O currículo como factor de instabilidade e desmotivação. *X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, 530–537.
<https://hdl.handle.net/1822/84715>
- Vieira, M. H. (2011). Instrumental group teaching: An agenda for democracy in portuguese music education. *Proceedings from the 15th Biennial of the International Study Association on Teachers and Teaching: Back t the Future*, 796–801.
- Vieira, M. H. (2014). Passado e presente do ensino especializado da música em Portugal: E se explicássemos bem o que significa «especializado»? / *Encontro do Ensino Artístico Especializado da Música do Vale do Sousa - Do Passado ao Presente Impressões e Expressões*, 60–74.
- Vieira, M. H. (2017). Ensino da música. Em J. E. Franco & J. C. Pereira (Eds.), *Portugal católico: A beleza na diversidade* (1ª edição, pp. 734–735). Círculo de Leitores.
- VITEC AzoresTV (Diretor). (s.d.). *Academia Musical da Ilha Terceira procura ser dinâmica* [Gravação de vídeo].
<https://www.youtube.com/watch?v=GjLpWV5YpeQ>

LEGISLAÇÃO

PORTUGAL CONTINENTAL

- [1835] Decreto de 5 de maio de 1835. Cria o Conservatório de Lisboa.
http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/S19/1831_1840/1835_05_05 decreto_1.pdf
- [1980] Decreto-Lei n.º 553/80 de 21 de novembro. [Ministério da Educação e Ciência]. Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/553-1980-458182>
- [1983] Decreto-Lei 310/83 de 1 de julho. [Ministérios das Finanças e do Plano, da Educação e da Reforma Administrativa]. Reestrutura o ensino da música, dança, teatro e cinema. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/310-1983-452686>
- [1986] Portaria nº 55-C/86 de 12 de fevereiro. [Ministérios das Finanças e da Educação e Cultura]. Cria algumas escolas preparatórias, preparatória e secundária (C + S) e secundárias.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/55-c-528852>
- [1989] Decreto-Lei nº 26/89 de 21 de janeiro. [Ministério da Educação]. Cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/26-1989-609609>
- [1990] Decreto-Lei nº 344/90 de 2 de novembro. [Ministério da Educação]. Estabelece as bases gerais da organização da educação artística pré-escolar, escolar e extraescolar.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/344-1990-566188>

- [1993] Decreto-Lei nº 352/93 de 7 de outubro. [Ministério da Educação]. Cria o Conservatório de Música de Calouste Gulbenkian de Braga.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/352-1993-645304>
- [2006] Despacho 12591/2006 de 16 de junho. [Ministério da Educação – Gabinete da Ministra]. Aprova o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras atividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/12591-2006-1267323>
- [2007] Decreto-Lei nº 299/2007 de 22 de agosto. [Ministério da Educação]. Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino não superior públicos.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/299-2007-640666>
- [2008] Despacho nº 14460/2008 de 26 de maio. [Ministério da Educação]. Regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro no âmbito do programa das atividades de enriquecimento curricular.
- [2013] Decreto-Lei nº 152/2013 de 4 de novembro. [Ministério da Educação e Ciência]. Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/152-2013-504756>
- [2018] Portaria 223-A/2018 de 3 de agosto. [Ministério da Educação]. Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/08/14901/0000200023.pdf>
- [2021] Portaria nº 52-A/2021 de 9 de março. [Ministérios das Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação]. Fixação das vagas do concurso externo dos quadros de zona pedagógica e do ensino artístico especializado da música e da dança.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/52-a-2021-159087861>
- [2021] Portaria nº 52-B/2021 de 9 de março. [Ministérios das Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação]. Fixação das vagas do concurso interno dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e do ensino artístico especializado da música e da dança.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/52-b-2021-159087862>

AÇORES

- [1978] Resolução nº 2/78 de 27 de janeiro. [Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo]. Cria o Conservatório Regional dos Açores.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2003/11/273b00/80458047.pdf>
- [1980] Decreto Regulamentar Regional n.º 11/80/A de 13 de março. [Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da Educação e Cultura]. Cria os Conservatórios Regionais de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo na dependência da Secretaria Regional da Educação e Cultura.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar-regional/11-1980-678213>
- [1989] Decreto Regulamentar Regional nº 22/89/A de 26 de junho. [Região Autónoma dos Açores – Governo Regional – Secretaria Regional da Educação e Cultura – Direção Regional de Administração Escolar]. Cria o Conservatório Regional da Horta.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar-regional/22-1989-619915>

- [1999] Decreto Legislativo Regional nº 18/99/A de 21 de maio. [Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa Regional]. Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/18-1999-321677>
- [2003] Decreto Regulamentar Regional nº 31/2003/A. [Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo]. Estrutura os conservatórios e os conservatórios regionais e fixa os quadros de pessoal não docente daqueles que não estejam integrados em outras unidades orgânicas.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar-regional/31-437012>
- [2005] Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A de 16 de junho. [Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa]. Estabelece o regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo da Região Autónoma dos Açores.
- [2005] Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2005/A de 7 de julho. [Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo]. Cria a Escola Básica Integrada com Ensino Secundário Tomás de Borba.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar-regional/16-2005-233519>
- [2011] Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2011/A de 10 de agosto. [Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo]. Determina que o Conservatório Regional da Horta passe a integrar a Escola Básica Integrada da Horta. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar-regional/18-2011-669860>
- [2022] Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 32/2022/A de 6 de outubro de 2022. [Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa]. Alargamento e diversificação do ensino artístico especializado nos Açores.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-legislativa-regiao-autonoma-acoresh/32-2022-201899422>

MADEIRA

- [1977] Decreto-Lei nº 322/77 de 6 de agosto. [Ministério da Educação e Investigação Científica]. Cria o Conservatório de Música da Madeira.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/322-1977-255403>